

## Estudo da subjetividade no resumo através da anáfora conceitual\*

Alessandra Gomes da Silva\*\*

### PUBLICAÇÕES EDIPUCRS

Luis Augusto Fischer  
**PARNASIANISMO BRASILEIRO  
ENTRE RESSONÂNCIA E DISSONÂNCIA**  
*Memória das Letras 13*  
2003

Os pedidos deverão ser encaminhados à:

EDIPUCRS  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 33  
Caixa Postal 1429  
90619-900 - Porto Alegre - RS/BRASIL  
[www.pucrs.br/edipucrs/](http://www.pucrs.br/edipucrs/)  
E-mail [edipucrs@pucrs.br](mailto:edipucrs@pucrs.br)  
Fone/Fax: (51) 3320.3523

#### Introdução

Sabe-se que, na prática pedagógica, o resumo é um tipo de texto muito importante, pois, além de ser muito solicitado pelos professores e imprescindível para os alunos, visto que constitui eficiente instrumento de estudo e de leitura para esses, ele ainda integra dois processos fundamentais no processo ensino-aprendizagem: o de leitura e o de escrita (produção textual).

Percebe-se, porém, que na escola é dada pouca atenção a esse tipo de texto. Geralmente, os professores o utilizam apenas como instrumento para avaliar a compreensão leitora do aluno. Além disso, restringem-se a avaliar o resumo considerando apenas seus critérios normativos, desprezando, muitas vezes, o processo de produção do sujeito resumidor e excluindo de suas avaliações qualquer reflexão sobre a incidência desse sujeito no texto, os recursos utilizados por ele, a sua subjetividade, que não deixa de apresentar-se, mesmo nesse tipo de texto em que se pressupõe certa imparcialidade, certas restrições quanto ao uso de recursos apreciativos, subjetivos por parte do sujeito resumidor, com um lugar restrito para esse nomear-se.

Tendo por base teórica os estudos de Benveniste sobre a Enunciação, a qual apresenta a noção de subjetividade marcada na língua, inerente a toda e qualquer manifestação de linguagem do homem, resolveu-se analisar como acontece a subjetividade no resumo.

\* O artigo consiste na síntese da Dissertação de Mestrado apresentada pela autora.

\*\* Mestre em Letras - Lingüística Aplicada/PUCRS.

Esta pesquisa apresenta, assim, um estudo do resumo sob um novo enfoque, na perspectiva enunciativa, levando em consideração o sujeito resumidor e como esse se mostra marcado no seu discurso. Apóia-se na Lingüística que, preocupando-se com o estudo semântico da língua, procura descrevê-la não apenas como sistema combinatório e fechado, mas também como linguagem assumida por um sujeito, levando em consideração, assim, os fenômenos relativos ao uso da língua.

O desenvolvimento deste estudo realizou-se a partir dos entendimentos sobre a natureza subjetiva da linguagem e limitou-se a verificar como o sujeito resumidor se marca em seu discurso no que se refere ao uso da anáfora conceitual e, ao mesmo tempo, como absorve esse recurso lingüístico, geralmente caracterizado por ser subjetivo, usado no texto argumentativo-fonte, o Editorial, que é resumido.

Para tanto, desenvolveu-se uma análise descritiva de vinte resumos de alunos de um Curso de Letras, elaborados a partir do editorial "Fraude contra a vida". Antes, porém, da análise individual de cada um dos vinte resumos, foi feita a análise descritiva do texto-fonte, a fim de identificar as anáforas conceituais usadas pelo sujeito produtor desse discurso, bem como verificar como o mesmo demonstrou a sua subjetividade a partir do uso da anáfora conceitual nesse discurso. A partir dessa análise, foi possível examinar os resumos, a fim de verificar como os resumidores absorveram essas anáforas do texto-fonte, bem como identificar as anáforas novas que eles criaram ou não em seus discursos.

## 1 Subjetividade na linguagem

A subjetividade que neste estudo procurou-se analisar em resumos é o processo que se constitui na linguagem mediante um ato enunciativo, através do qual o sujeito, ao se enunciar, marca-se em seu discurso. É, portanto, um sujeito lingüístico, expresso não só através do eu como pessoa que exerce função sintática, mas como pessoa do discurso, produtor de seu dizer, presente sob marcas lingüísticas no enunciado, que interessou buscar nas entrelinhas do resumo.

Esse sujeito que, hoje, a Lingüística entende como sendo responsável pelo seu dizer, foi por muito tempo excluído por ela, em nome do seu estabelecimento no campo científico, realizado por Saussure (1974). Diante da insatisfação com a linha essencialmente histórica e comparatista, na qual se desenvolviam os estudos lingüísticos de sua época, Saussure preocupou-se em estabelecer a

Lingüística como ciência, definindo que aspectos do complexo fenômeno da linguagem ela deveria contemplar como objeto de estudo e a que métodos deveria aderir para conquistar *status* científico.

Para tanto, precisava designar um objeto propriamente lingüístico que fosse identificável dentro dos fenômenos heterogêneos que constituem a linguagem. Nesse sentido, concluiu que a parte da linguagem que poderia ser considerada como sendo o único objeto que poderia dar lugar à racionalidade científica era a língua (*langue*).

Assim, argumentando que a linguagem não poderia ser estudada enquanto especificidade individual, mas enquanto sistema de relações internas – porque só assim poder-se-iam entender as regularidades e as unidades da linguagem e, dessa forma, estabelecer as leis de organização – Saussure (1974) exclui como seu objeto de estudo lingüístico a fala (*parole*).<sup>1</sup>

Passou-se, então, a estudar somente a língua, concebida enquanto sistema imanente, como sistema de signos e regras, que se compõe de elementos formais articulados em combinações variáveis. Nessa perspectiva, também se estabelecia a significação, que era definida enquanto relação interna (Saussure, 1974). Na análise da significação da língua estabelecida por Saussure, não interessava a fala, a relação da língua com a situação e com o próprio sujeito. A língua passou, então, a ser estudada independentemente das variações individuais, de tudo aquilo que configurava elementos externos ao sistema lingüístico.

Com o surgimento das teorias da Enunciação, que levam em consideração os atos de linguagem produzidos por enunciadores, esses elementos retornaram, assim, ao centro de interesse dos estudos lingüísticos. Jakobson pode ser considerado um dos primeiros lingüistas a pensar sobre as questões relacionadas à Enunciação. Mas a inserção do sujeito e das questões enunciativas na Lingüística deve-se mesmo a Benveniste. Em sua teoria da Enunciação, ele desenvolve uma discussão da linguagem que coloca o sujeito como centro de interesse da investigação lingüística.

Através de seus estudos sobre a Enunciação, ele reconhece no interior do sistema lingüístico os elementos que, para ele, constituem o ato enunciativo: sujeito, tempo, espaço, referência, abrindo,

<sup>1</sup> É importante deixar claro que Saussure (1974) não fechou totalmente as possibilidades para o estudo da fala. Apenas convencionou que à Lingüística como ciência cabe estudar a língua e que a fala deveria ser estudada em outra área da Lingüística, que "não deve ser confundida com a Lingüística propriamente dita, cujo único objeto é a língua" (p. 28).

portanto, a possibilidade de desenvolver estudo dos fenômenos enunciativos na Lingüística. Assim, ao mesmo tempo que se mantém estruturalista, por levar em consideração os princípios básicos da teoria de Saussure, ele tenta ultrapassá-los, encontrando dentro do sistema da língua um lugar para tudo aquilo que foi descartado pela lingüística imanentista, desenvolvida até então.

Nesse sentido, a linguagem, em Benveniste, não é mais estudada somente como formas providas de valores que são determinados por uma relação interna de combinação, mas é também analisada sob a ótica semântica, que descreve a língua e o sentido em relação à situação enunciativa. Tenta ultrapassar, assim, os limites da teoria saussuriana, mostrando, de certa forma, que ela é restrita em alguns aspectos, principalmente no que diz respeito ao estudo da significação da língua, pois não leva em consideração aquele que lhe dá sentido, o sujeito do discurso.

A partir de seu estudo sobre os pronomes e sobre os verbos encontrados nos textos "Estrutura das relações de pessoa no verbo" e "A natureza dos pronomes", Benveniste (1991) entende que há palavras na língua, como os pronomes *eu-tu*, os advérbios *aquí, agora*, o demonstrativo *este*, que só adquirem sentido a partir da referência dada por um sujeito, em uma situação enunciativa de tempo e lugar, na instância do discurso, ou seja, na enunciação. São signos que pertencem ao sistema como formas vazias, não se referem a nenhum conceito e só se plenificam quando colocados em funcionamento por um sujeito.

Dessa forma, entende que o sujeito é responsável pela atribuição de sentido às palavras e, por isso, deve ser levado em consideração nos estudos lingüísticos. Na verdade, para Benveniste, o sujeito não é responsável por atribuir referência somente às palavras que estão na língua como signos vazios, ele atribui sentido a todas as palavras que estão no sistema. Para ele, o significado que as palavras possuem no sistema enquanto signos recebe sentido especial, a cada vez que é referido por um sujeito, numa situação enunciativa, recebe sua referência na enunciação, mediante uma realidade que é estabelecida pelo sujeito, ao manifestar um valor particular que é entendido como emprego.

Através da Enunciação, entendida como o processo de "colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização" (Benveniste, 1989, p. 82), o sujeito agencia signos – ainda não palavras, pois estes estão no nível semiótico –, desloca-os do sistema de combinações e com eles organiza um enunciado mediante uma sintaxe que é só sua, porque visa à referência a uma situação sob uma ótica sua, atribuindo, por meio de cada palavra, sentido.

Assim, o sentido de uma palavra não é mais algo interno, mas dado por um sujeito através do ato enunciativo, a partir da manifestação individual da língua em uso. Dá-se através do arranjo especial de palavras, que, em conformidade com certa idéia particular, refere-se à atitude do sujeito em relação a uma situação. É a língua, nesse sentido, também fornece os parâmetros que permitem que o sentido e a idéia que se expressam, por meio do discurso, sejam entendidos.

Para Benveniste (1989), é privilégio da língua comportar simultaneamente a significância do signo e a significância da enunciação. Para ele, a Enunciação comporta dois modos de significação: semiótico, modo que é próprio do signo e que o constitui como unidade significativa (o sentido é propriedade inerente à língua, própria dos signos) e o semântico, que diz respeito à língua enquanto produtora de discurso, na qual o sujeito é responsável pela atribuição do sentido.

A teoria de Benveniste leva, assim, a um sujeito que pode ser entendido como um ser uno e dotado de autonomia sobre os seus atos de linguagem, responsável por colocar a língua em funcionamento e transformá-la em discurso. É um sujeito, portanto, que se movimenta na língua, que faz escolhas e molda o seu discurso no enunciado a sua maneira, pois refere-se a uma situação que é apresentada sob seu prisma.

Sente-se, dessa forma, nos princípios básicos de sua teoria, uma subjetividade que rege todo e qualquer ato de enunciação. A subjetividade que, para Benveniste (1991), é "a capacidade que o locutor tem de se propor como sujeito em uma relação de reversibilidade entre eu e tu" (p. 286) constitui um mecanismo que coloca o sujeito como centro e origem de linguagem, que, ao produzir enunciado, designando-se eu, se marca na língua através de mecanismos específicos encontrados no próprio sistema da língua.

Em seu texto "Da subjetividade da linguagem", Benveniste (1991) traz indagações a respeito da concepção antropológica do homem e sobre a constituição da linguagem e chega à conclusão de que não se pode nunca estabelecer oposição entre ela e o homem.

Para Benveniste (1991), "a linguagem está na natureza do homem que não a fabricou" (p. 285). Concebe, então, a subjetividade como processo constitutivo e inerente a toda e qualquer manifestação de linguagem, porque, para ele, "falar é falar de si e da situação, e não há como falar de um sem falar do outro" (p. 286). Aquele que fala faz renascer pelo discurso o acontecimento e a sua própria experiência do acontecimento. O sujeito, ao enunciar-se,

expressa algo particular e próprio e, por isso, não permite distinguir algo que é interno ou externo.

O sujeito estabelecido por Benveniste é, nesse sentido, um sujeito caracterizado por marcar-se sempre no discurso, não só através da presença explícita do pronome *eu*, mas também através de outras marcas lingüísticas como verbos, advérbios, pronomes, etc.

A teoria de Benveniste possibilita, portanto, que se entenda o sujeito no resumo, porque concebe o sujeito como ser que se determina na e pela linguagem através de mecanismos específicos, como um ser responsável por seu dizer, que se marca não só através do uso do pronome *eu*, mas também através de marcas lingüísticas que apresentam sua subjetividade. Um sujeito que pode ser revelado no discurso através de marcas subjetivas que são deixadas no enunciado.

## 2 Texto argumentativo

Como se pode perceber, a subjetividade é um processo lingüístico que caracteriza toda e qualquer manifestação de linguagem do homem. Dessa forma, entende-se que a possibilidade da existência de um discurso absolutamente neutro é mera ilusão.

No entanto, pode-se afirmar que em alguns discursos essa subjetividade é mais marcada e mais explícita do que em outros. A cada discurso, o sujeito enunciativo utiliza-se de recursos mais adequados para as suas intenções expressivas e discursivas.

O discurso argumentativo, por exemplo, é carregado de marcas lingüísticas, de recursos expressivos que o sujeito utiliza com a finalidade persuasiva. Esse tipo de texto geralmente apresenta pontos de vista do sujeito, através dos quais esse tenta convencer seu leitor, persuadi-lo por meio da argumentação.

O fenômeno lingüístico que neste estudo procurou-se examinar, a subjetividade, é analisado em resumos que são elaborados a partir de textos argumentativos. Portanto, é importante que se entenda como se caracteriza esse tipo de discurso, mais especificamente, que se defina o que se entende, neste estudo, por argumentação, texto argumentativo e, dentre esse tipo, o editorial.

Conforme Perelman (1970), a argumentação deve estar relacionada a uma classe de discursos que comportam ao menos duas idéias: a de que esses discursos contêm teses que traduzem direta ou indiretamente a posição do locutor e a de que eles também remetem sempre a um outro, indivíduo ou grupo, marcado ou não discursivamente.

A argumentação pode ser entendida também como uma estratégia discursiva marcada pela intenção do locutor em fazer com que seu ponto de vista seja admitido pelo interlocutor ou que simplesmente se conheça a pertinência de seu ponto de vista. Pode ser vista como resultado textual de uma combinação de diferentes componentes que dependem de uma situação com finalidade persuasiva (Ascombre; Ducrot, 1985).

Nessa concepção, entende-se que, embora o texto, neste estudo, seja visto em primeira instância como objeto de análise e como produto (resumo), ele não deixa de ser concebido também como resultado de atividade discursiva, como uma unidade interativa entre indivíduos atuantes em que há processo de planejamento, verbalização e construção.

Como produto da enunciação, o texto ou discurso é considerado como expressão de uma idéia singular num ato enunciativo, uma unidade de sentido e, como tal, apresenta configuração peculiar e única, que é dada por um sujeito. Nesse sentido, pode ser considerado como um meio através do qual se observam as relações estabelecidas entre o sujeito e a língua, ou seja, os sentidos promovidos pelos locutores no ato enunciativo.

Considerando-se assim a idéia de que um texto é um meio de interação entre indivíduos, encontra-se no texto argumentativo um espaço no qual os locutores, nesse caso os argumentadores, querem expressar suas intenções, seus pensamentos, sua vontade de persuadir por meio da língua.

O texto argumentativo é caracterizado por apresentar estratégias e componentes que marcam o desejo, uma certa disposição do locutor de argumentar, de modificar opiniões, de admitir conclusões, de fazer adotar idéias e comportamentos adequados ao seu ponto de vista, através de argumentos que orientam os enunciados, de maneira que eles guiem o interlocutor para determinada tese ou conclusão. Assim, quem argumenta pretende intervir nas representações ou convicções de alguém, as quais quer mudar (Charolles, 1980).

Segundo Charaudeau (1992), o modo de organização argumentativo constitui o mecanismo que permite produzir argumentações sob diferentes formas, constituindo explicações sobre asserções feitas a propósito do mundo numa perspectiva demonstrativa ou persuasiva. A razão demonstrativa, afirma ele, repousa sobre um mecanismo que estabelece as ligações de causalidade diversa entre duas ou mais asserções. A razão persuasiva – a qual interessa a este estudo – funda-se sobre um mecanismo que estabelece a prova que se dá através de argumentos que justificam os propósi-

tos assumidos sobre o mundo e as ligações de causalidade que unem as asserções.

O autor considera que, na argumentação, a razão demonstrativa deve unir-se a uma razão persuasiva. Para ele, somente a presença de asserções não implica argumentação, é necessário que as asserções se inscrevam num dispositivo argumentativo que se constitui de três elementos: o *propósito*, a *proposição* e a *persuasão*.

O propósito, às vezes, corresponde ao que se chama de tese, que se constitui por asserções e por encadeamentos de asserções que falam sobre o mundo por meio de uma relação argumentativa. A proposição surge num quadro de questionamento do propósito. E esse questionamento depende da posição do sujeito argumentador que pode estar de acordo, em desacordo, ou não estar nem a favor, nem contra o propósito. E a persuasão põe em funcionamento um quadro de raciocínio e desenvolve uma refutação, uma justificação ou uma ponderação, estabelecendo a prova da posição adotada.

Adan (1991), que estuda o texto argumentativo do ponto de vista de sua estrutura, vê esse tipo de texto como orientado por raciocínios que têm por objetivo demonstrar ou refutar uma tese. Para tanto, parte-se das premissas, explícitas ou não, para chegar a uma conclusão, por meio de procedimentos argumentativos.

Conforme esse autor, o texto argumentativo apresenta a superestrutura constituída pelas categorias: *tese anterior*, *argumentos*, *conclusão* e *nova tese*, que podem não aparecer, necessariamente, nessa ordem. A tese ou premissa é aquela eleita como a mais adequada para ser desenvolvida. Daí a necessidade de ser justificada, defendida e comprovada. É através dos argumentos e das provas que a tese torna-se aceitável, pois esses darão a força do convencimento e da persuasão. E a conclusão apresenta aquilo que foi aceito decorrente da premissa inicial, da apresentação das provas e argumentos.

Neste estudo, considerou-se argumentativo o texto que apresenta as características apontadas anteriormente e as categorias principais – tese, argumentos, conclusão –, citadas em sua superestrutura. Entre as variáveis apresentadas, escolheu-se o texto argumentativo crítico e, dentre esse tipo, o de opinião, mais especificamente o editorial, discurso escrito, para ser resumido.

O editorial é concebido como o meio através do qual a instituição jornalística manifesta a sua opinião oficial diante dos fatos que publica. Considerado como texto de opinião, possibilita que o sujeito do enunciado, nesse caso o jornalista, exprima explicitamente um ponto de vista que é pessoal, subjetivo. É visto, portan-

to, como um comentário argumentativo que impõe uma visão explicativa do mundo. Caracteriza-se por trazer o que não se vê, o que constitui a causa, os motivos, as intenções do acontecimento, problematiza o fato, levanta hipóteses, desenvolve teses, traz provas e impõe conclusões (Charaudeau, 1997).

Nesse tipo de discurso, o argumentador é um sujeito que busca modificar ou reforçar um julgamento de um sujeito em relação a uma tese. Por meio da linguagem, o sujeito tenta influenciar comportamentos do outro ou fazer com que compartilhe de suas opiniões. Ele revela sua própria posição em relação ao que diz, fazendo uso de marcas lingüísticas, de certos recursos do léxico, como modalizadores, termos avaliativos, axiológicos, certos procedimentos que têm por finalidade persuadir e contribuir para a organização e orientação do discurso argumentativo. Um desses recursos é a anáfora conceitual.

### 3 Anáfora conceitual

A anáfora conceitual é elemento fundamental neste estudo, já que é através dela que se buscou analisar a subjetividade no resumo. Nesse sentido, é necessário que se apresentem algumas considerações a respeito desse recurso que é muito utilizado, principalmente em texto argumentativo, a partir do qual foram elaborados os resumos.

Entende-se por anáfora conceitual o processo de nominalização que exerce função metalingüística, que resume e reclassifica um antecedente já mencionado anteriormente no discurso (que constitui um sintagma de comprimento variável, um enunciado, parágrafo e até mesmo um texto), dando-lhe um significado através de um conceito. Aparece no discurso sob a forma de um demonstrativo acrescido de um sintagma nominal como *esse N*, *um tal N*, *o N* (Déneraud; Jespersen, 1992), ou até mesmo sob a forma pronominal *isso*, hiperônimo neutro.

Podem ser entendidas como um mecanismo referencial que propicia ao enunciador do discurso manter o controle sobre o que já foi mencionado anteriormente, que retoma não só um elemento explícito no co-texto anterior, mas também dados, pressupostos, inferências, implícitos anteriormente ditos pelo autor. Na maioria das vezes, esse item anafórico não é tão preciso em relação ao termo ao qual se refere, pois retoma não apenas um elemento lexical contextualmente expresso, um nome ou um índice específico, mas um bloco, uma idéia que, geralmente, abrange várias orações, exi-

gindo do leitor /ouvinte um processamento mental muito complexo.

Para Auricchio et al. (1995), esse elemento anafórico funciona com o objetivo de condensar uma estrutura atributiva e de orientar para constituir uma nova forma nominal (SN), presente como elemento conhecido que suporta a informação precedente. Além disso, caracteriza-se por apresentar uma estrutura predicativa subjacente, uma ligação lexical de reclassificação hiperônímica entre o antecedente e a expressão resumitiva, um traço avaliativo e uma orientação argumentativa e também uma função de coesão interfrástica.

Também desempenha função de tematizar, o que permite uma economia e o condicionamento da ordem dos constituintes, facilitando a memória e aliviando a carga lingüística dos elementos da retomada, ao mesmo tempo que preserva a unidade de conteúdo do texto.

Reicheler; Béguelin (1988) afirmam que a anáfora conceitual apresenta ainda, entre outras, as funções de: evitar repetições lexicais, economizar e condensar informações, fazer a informação progredir, antecipar e orientar o discurso e também marcar um ponto de vista.

Em relação a sua função em texto argumentativo, Dénervaud; Jespersen (1992) afirmam que a anáfora conceitual, quando encontrada nesse tipo de texto, representa raramente uma simples retomada que indica o referente. Ela reclassifica o enunciado, dá-lhe um poder predicativo e ainda permite inserir comentários, impor opiniões e pressupostos sobre os segmentos do discurso. Geralmente, o posicionamento do autor diante de um fato, um problema, aparece através de termos axiológicos, como *esse preconceito*, *esse crime*, que segundo Kerbrat-Orecchioni (1980) são elementos que permitem enunciar um julgamento de valor do autor, pois carregam no próprio sentido literal um aspecto avaliativo, apreciativo e apresentam, portanto, grau maior de subjetividade. Nesse sentido, então, pode-se considerar que a anáfora conceitual, por vezes, apresenta-se no discurso como um termo mais subjetivo, que traz explicitamente a posição avaliativa do sujeito enunciativo (autor), um julgamento sobre o elemento retomado.

Assim, como se pode verificar, a anáfora conceitual desempenha papel importante no discurso argumentativo. É um recurso lingüístico que participa como suporte do processo da argumentação, pois pode, entre outras funções, contribuir para a orientação argumentativa, para a organização das idéias, o que facilita a persuasão e ainda contribui para a inserção de comentários sobre os

segmentos de discurso, posicionamentos críticos, avaliativos. Acredita-se, dessa forma, que, por ser uma marca forte no texto argumentativo-fonte, a anáfora conceitual é também usada pelo sujeito resumidor, marcando a sua subjetividade, a sua escolha.

#### 4 Resumo

O resumo, neste estudo, assume grande importância, já que é a subjetividade do resumidor que se está querendo analisar. Portanto, faz-se necessário que se entenda o que se concebe como resumo neste estudo, bem como se abordem algumas características e regras de produção que são próprias desse tipo de discurso.

É entendido como a reescritura reduzida de um outro texto, mais breve do que aquele que lhe serviu de base (Vigner, 1991), que tem por objetivo principal transmitir de maneira concisa e coerente uma exata e organizada representação sintética das idéias essenciais que o autor pretende transmitir. A fidelidade e a economia, nesse sentido, são princípios fundamentais para a sua produção.

Caracteriza-se por apresentar regras, normas de produção muito próprias, as quais devem ser levadas em consideração pelo resumidor, para que ele desenvolva um resumo satisfatório, para que se alcance a qualidade esperada. Segundo Charolles (1991), para o resumo ser de qualidade, deve satisfazer algumas condições. O resumidor deve, para tanto, construir um texto coeso, coerente, conciso, a partir das idéias do outro, que seja formalmente diferente do texto-fonte, podendo ser lido por si mesmo, independente do original. Deve trazer do texto-fonte apenas as idéias essenciais, desprezando as irrelevantes. Deve transmitir o mesmo conteúdo do original, utilizando palavras próprias, mantendo, no entanto, a fidelidade das informações. Deve manter o mesmo nível de linguagem do texto-fonte, as mesmas intenções, as mesmas características textuais e discursivas.

O resumo, geralmente é caracterizado por pressupor teoricamente uma certa imparcialidade, um lugar restrito para o sujeito resumidor nomear-se, mostrar sua subjetividade no discurso. No entanto, não se pode entender um discurso produzido por um sujeito sem que esse contenha suas marcas, já que nenhuma linguagem é totalmente neutra. Como todo e qualquer ato enunciativo, o resumo é também assumido por um sujeito que, ao manifestar-se através da língua, mostra também sua subjetividade.

Entende-se, neste estudo, que o lugar assumido por esse sujeito tem incidência sobre a produção do resumo. O resumidor é

um sujeito responsável pelo seu dizer, já que exerce função de selecionar idéias, de dar coerência a um novo discurso que está sendo produzido a partir de sua sintaxe, de suas escolhas lexicais. Assim, concorda-se com Agnoletti; Defferrard (1992), quando dizem que esse sujeito ocupa um lugar central que vai interferir no conjunto de significações das idéias do sujeito enunciador do texto-fonte. Assim, mesmo assumindo as idéias do outro, mantendo-se fiel às mesmas, respeitando as regras de produção, esse sujeito reinterpreta o discurso do outro e o reescreve sinteticamente, a partir de seu próprio texto, da sua sintaxe, da sua subjetividade.

Dessa forma, o resumo, pensado numa instância de discurso, apresenta um enunciador que se assume enquanto sujeito produtor de seu dizer, marcado através de marcas lingüísticas que ele utiliza em seu discurso.

## 5 Resultados

No desenvolvimento deste estudo, buscou-se compreender como o sujeito resumidor marca-se em seu discurso. Para tanto, partiu-se dos estudos enunciativos de Benveniste, os quais apresentam a noção de subjetividade como processo inerente e constitutivo a toda e qualquer manifestação de linguagem do homem. A partir dessa concepção, foi possível mostrar um sujeito desvelado nesse discurso, caracterizado como um ser responsável pelo seu dizer que, como todo e qualquer produtor de discurso, ao manifestar-se através da língua, também se marca. Foi possível entender esse sujeito, presente em seu discurso através de marcas lingüísticas (as anáforas conceituais) que puderam ser encontradas nas entrelinhas de seu discurso.

A partir, então, da análise descritiva dos vinte resumos elaborados com base no editorial, que buscou verificar como o sujeito, resumindo o discurso do outro, se marca em seu discurso, no que se refere ao uso da anáfora conceitual (AC), foi possível verificar que os resumidores utilizaram as ACs de forma muito particular e que, apesar das particularidades de cada sujeito, foi possível verificar que os mesmos se marcaram em seu discurso através de diferentes tipos de anáforas conceituais, que puderam ser categorizadas da seguinte forma:

1. ACs integralmente repetidas do texto-fonte:  
Ex.: esses crimes hediondos (texto resumo) / esses crimes hediondos (texto-fonte).
2. ACs integralmente repetidas e ampliadas pelo resumidor:

Ex.: essa prática criminosa (texto resumo) / nesta prática (texto-fonte).

3. ACs parcialmente repetidas:

Ex.: esse problema (texto resumo) / ao problema (texto-fonte)/.

4. ACs parcialmente repetidas e ampliadas pelo sujeito resumidor:

Ex.: esse crime irresponsável (texto resumo) / esses crimes hediondos (texto-fonte).

5. ACs novas, criadas pelo resumidor a partir do léxico já mencionado no texto-fonte:

Ex.: a máfia de medicamentos (texto resumo).

6. ACs novas, construídas a partir do léxico não mencionado no texto-fonte:

Ex.: esse mal (texto resumo).

Os sujeitos resumidores utilizaram em seu discurso 97 anáforas conceituais. Entre essas, a maioria delas (62) apresentaram-se como repetidas e 35 apresentaram-se como novas. Dessas anáforas novas, 23 foram elaboradas pelos resumidores a partir do léxico não mencionado no texto-fonte e 12 foram criadas a partir do léxico já mencionado no texto-fonte.

No decorrer das análises, foi possível verificar que os resumidores utilizaram as anáforas conceituais tanto substituindo outras ACs já usadas no texto-fonte, quanto em enunciados novos criados por eles mesmos.

No que se refere às anáforas conceituais repetidas, pôde-se perceber que os resumidores as utilizaram de forma muito particular, ora inserindo-as nos mesmos enunciados nos quais se encontram no texto-fonte, ora em enunciados diferentes, criados por eles mesmos, a partir de uma sintaxe própria, ou ainda, utilizando-as no lugar de outras ACs encontradas no texto-fonte.

Diante dessa constatação, não se pode dizer que, mesmo sendo reproduzidas do texto-fonte ou criadas a partir do léxico já mencionado, essas ACs se apresentem nos resumos contendo o mesmo sentido atribuído pelo sujeito do texto-fonte, ainda que, muitas vezes, sejam usadas da mesma forma, retomando o mesmo referente. Cada sujeito atribui, por meio do ato enunciativo, sempre referência única e particular a cada palavra usada em seu discurso, pois, como menciona Benveniste (1991), o sujeito, ao apropriar-se da língua, transforma-a em uma designação única que produz, a cada vez, uma realidade, uma referência e um determinado sentido, marcando a sua subjetividade.

Observou-se também que os resumidores apresentaram em seu discurso tanto anáforas axiológicas (69) quanto não-axiológicas (18), que ora repetiram do texto-fonte, ora criaram a partir de seu léxico. Esses sujeitos, por vezes, demonstraram, explicitamente, um engajamento maior ao texto-fonte, demonstrando sua posição, seu julgamento sobre o assunto, por outras, mostraram-se menos explícitos em seu discurso.

É possível dizer que, independentemente de apresentarem-se explicitamente marcados através de AC axiológicas ou não, os resumidores revelaram-se sempre presentes em seu discurso, através das anáforas conceituais usadas por eles, que demonstram o seu desejo de melhor traduzir o seu pensamento, as suas escolhas lexicais. O simples fato de escolher certos recursos que a língua oferece, de ressaltar ou apagar a sua subjetividade no discurso, já indica a presença do sujeito no seu discurso. Ao reescrever o discurso do outro, o resumidor também expressa algo particular e próprio.

### Conclusões

Ao final deste estudo, levando em conta tais considerações apresentadas, pode-se afirmar que é impossível pensar no resumo como mera reprodução imparcial e objetiva do discurso do outro, uma vez que é impossível pensar em discurso produzido por um sujeito sem que contenha as suas marcas. Através dos caminhos da Enunciação, pode-se entender que o resumidor faz-se presente na construção do discurso, apresenta a sua subjetividade, ora escondendo-se, ora revelando-se em seu discurso, explícita ou implicitamente, conforme seu engajamento, ora repetindo as escolhas lexicais do sujeito do texto-fonte, ora criando seu próprio léxico.

Acredita-se, a partir deste estudo, ser possível ter compreendido melhor o ato produtor do resumidor e ter trazido à prática pedagógica uma nova perspectiva e uma nova reflexão sobre esse tipo de texto, considerando que o melhor entendimento dos processos lingüísticos que envolvem esse tipo de discurso seja importante para professores e para os que se dedicam ao ensino de línguas e também de outras disciplinas, já que o resumo encontra-se muito presente nos ambientes escolar e universitário.

Acredita-se ser importante para o professor ter a consciência de que o aluno, ao resumir, por vezes assume o texto como sendo seu, dá sentido a esse discurso, realça fatos, faz escolhas lexicais, organiza esse discurso de forma particular, apresentando, dessa forma, a sua subjetividade. É preciso que se entenda que a subjeti-

vidade está sempre presente em toda e qualquer manifestação de linguagem do homem. Dessa forma, cabe a ele entender e ajudar o aluno a lidar com essa subjetividade, para que a mesma não seja vista dentro do resumo como um aspecto negativo, que venha a prejudicar um dos principais objetivos e critérios da produção do resumo, a fidelidade ao conteúdo e às idéias do autor.

### Referências

- ANSCOMBRE, J. L. M.; DUCROT, O. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelles: Mardaga, 1985.
- ADAN, Jean-Michel. *Les textes: types e prototypes*. Paris: Nathan, 1991.
- AGNOLETTI, Marie-France; DÉFERRARD, Jacky. L'engagement du sujet dans le résumé de texte. In: CHAROLLES, Michel; PETITJEAN, André (Orgs.). *Le résumé de texte*. Paris: Kincksieck, 1992, p. 234-246.
- AURICCHIO, Agnès et al. L'anaphore démonstrative à fonction résumptive. *Pratiques*, Metz, n. 85, p. 27-52, mars 1995.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas: Pontes, 1991.
- . *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette-Éducation, 1992.
- . *Le discours d'information médiatique*. Paris: Nathan, 1997.
- CHAROLLES, Michel. Les formes directes e indirectes de l'argumentation. *Pratiques*, Metz, n. 28, p. 7-33, oct. 1980.
- . *Le résumé de texte scolaire, fonctions et principes d'élaboration*. *Pratiques*, Metz, n. 72, p. 7-27, 1991.
- DÉNERVAUD, Monique Descombes; JESPERSEN, Janine. L'anaphore conceptuelle dans l'argumentation écrite. *Pratiques*, Paris, n. 73, mars 1992.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *L'enonciation: de la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin, 1980.
- PERELMAN, Ch. *Le champ de l'argumentation*. Bruxelles: PUB, 1970.
- REICHELER-BÉGUELIN, M. J. Anaphores, cathopores et mémoires discursives. *Pratiques*, n. 57, 1988.
- SAUSSURE, Ferdinand de. (1916). *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- VIGNER, Gérard. Réduction de l'information et généralisation: aspects cognitifs et linguistiques de l'activité de résumé. *Pratiques*, Metz, n. 72, p. 33-54, 1991.